

# FUNDAMENTALISMO EVANGÉLICO BRASILEIRO: construção de um tipo ideal weberiano<sup>i</sup>

Saulo Baptista<sup>ii</sup>

## Introdução ou Uma breve discussão sobre identidade

Iniciamos por reconhecer que existem identidades coletivas e, neste sentido, já nos distanciamos do individualismo metodológico do liberalismo, quando ignora a importância dessa categoria para a compreensão das dinâmicas de uma sociedade.<sup>iii</sup> As identidades são resultado de um processo de identificação, nutrido pelo reconhecimento da alteridade: *nós* somos diferentes *deles*.

Também é relevante observar que as identidades coletivas apresentam o desenvolvimento de três características.<sup>iv</sup> A primeira corresponde ao caráter relacional, ou seja, não existe identidade sem algum tipo de relação, seja ela comparação, emulação, admiração, rejeição, antagonismo e até negação. A segunda característica, segundo Chantal Mouffe e Ernesto Laclau, se refere ao não-essencialismo das identidades. Estas são construídas socialmente e estão cingidas às condições históricas de espaço e temporalidade. Em terceiro lugar, acompanhando as concepções de identidade na pós-modernidade, em Stuart Hall, as identidades estão sujeitas a deslocamentos, ou, de forma mais precisa, é sempre possível constatar o descentramento dos sujeitos. Essas posições do sujeito estão referidas à sua situação relativa na sociedade, em diferentes papéis como ator social, o que impede admitir a identidade como alguma coisa fixa, única, inamovível.

Essa discussão sobre as dinâmicas identitárias tem outra face. Segundo a concepção de Lévi-Strauss, para que as culturas sobrevivam e mantenham sua identidade é necessário que estabeleçam “afastamentos diferenciais”, os quais funcionam como obstáculos aos intercâmbios culturais. Neste sentido, podemos admitir que há lugar para uma certa dose de etnocentrismo, como forma de garantir a diversidade cultural (Lévi-Strauss, 2008). Não obstante, Geertz indica que essa “impermeabilidade” etnocêntrica é inconsistente, visto que os processos de mestiçagem e transculturação se desenvolvem em todas as sociedades (Geertz, 1996; 2001).

O fato é que, trazendo essa discussão para nosso tema, enquanto houver sentimentos e práticas de isolacionismo, comportamentos de gueto, posturas sectárias, exclusivismos denominacionais, as pessoas estarão se privando de ricas experiências

existenciais. Sempre que se fecharem os canais de comunicação, a condição humana estará ameaçada. Em particular, a espiritualidade e todas as possibilidades de encontro com seus semelhantes serão inviabilizadas.

As culturas se desenvolvem como tessituras. Elas são grandes redes, tecidas em teias de significado, conforme ensina Geertz (1989; 1996). As pessoas, ao interagirem socialmente, desenvolvem pensamentos, valores, projetos, propostas e ações. Neste contexto, a diversidade não é sinônima de divisão, mesmo reconhecendo que esta existe e é persistente, dentro de um quadro de disfunções estruturais.

A luta contra as injustiças sociais não é luta contra a diversidade. A democracia radical não elimina os conflitos de interesses. Pelo contrário, a condição da democracia repousa no reconhecimento das diferenças e no direito de cada grupo optar pela situação ou oposição, reforçar a hegemonia ou construir uma contra-hegemonia, quando não estiver no poder e desejar ocupa-lo. A luta democrática é luta pela conquista do poder, respeitadas as regras do jogo, para que outros grupos também desfrutem de igual direito. Portanto, quem não está no poder deve ter o direito de almejar e lutar para ocupá-lo, com condições de também estabelecer sua hegemonia.

No caso do campo religioso, o que se busca nesta argumentação é uma convivência em patamar de respeito entre diferentes, o que vai além da simples tolerância. Trata-se de uma coexistência que pode produzir efeitos sinérgicos, ao valorizar as contribuições dos carismas de cada religião, embora isto possa parecer intensamente utópico.

Identities, nesta perspectiva cultural, são experiências dinâmicas e multidimensionais. Vão sendo moldadas em sociedades abertas à heterogeneidade, flexibilidade e adaptação. Uma hermenêutica cristã pode contribuir com valores que elevam essas experiências à prática das virtudes ditas universais, tais como: honestidade, generosidade, temperança, diligência, paciência, caridade, humildade.

Concluimos esta parte do texto, com algumas indagações: a luta entre protestantes, pentecostais e derivados é uma luta por reconhecimento? Ou se trata de uma luta puramente concorrencial, por fatias de mercado? Ou será que essa luta comporta ambos os elementos?

## **Matrizes do campo evangélico**

Nesta parte do texto, até o final, seguiremos, em linhas gerais, o que escrevemos em nossa dissertação de mestrado (2002) e no trabalho de conclusão da graduação em ciências sociais (2000), visto que em ambas essas monografias dedicamo-nos a questões relacionadas com os fundamentalismos evangélicos, tal como se manifestam no Brasil.

Teremos que tipificar alguns grupos fundamentalistas, com o propósito de abranger grande parte da matriz protestante brasileira. Em seguida, indicaremos como esses grupos se relacionam entre si. Trata-se de um exercício com base em leituras e na experiência de quem convive com esse campo religioso. As classificações e os comportamentos devem ser tomados como idealizações, conforme o sentido weberiano de elaboração de tipos ideais. Bem a propósito, a orientação de Weber é a seguinte:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. [...] Não é uma “hipótese”, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. (Weber, 1991: 106).

Portanto, não se trata de ideal em sentido normativo. Também não se almeja que esses tipos sejam concretizados na realidade. Eles apenas devem funcionar como instrumentos úteis, aproximativos, indicativos e facilitadores, para a análise das questões que se deseja pesquisar.

Existem grupos que se declaram fundamentalistas em sua própria definição, contida em documentos de identidade, estatutos e bases doutrinárias. Este é o caso do modo com se autodefinem os batistas regulares, nos Estados Unidos da América e no Brasil, para não ir mais longe, como também o Instituto Bíblico da Assembleia de Deus em Pindamonhangaba (São Paulo).<sup>v</sup> Fundamentalistas assumidos, com tal carga de determinação, são minorias. Os que se impõem majoritariamente como tais não aceitam o rótulo de fundamentalista, embora sigam a mesma ideologia dos assumidos. São frações e facções do campo religioso evangélico que, vez por outra, se digladiaram, ou se digladiam, em questões diversas.

Apresentaremos a seguir algumas definições de movimentos e grupos formadores dos genericamente denominados protestantes ou evangélicos, para em seguida mencionar suas dissensões. Essas definições servem apenas para efeito didático, classificatório, pois se constituem caricaturas e reduções de longos processos de formação de matrizes formadoras do pensamento evangélico.<sup>vi</sup>

Puritanos – são reformados de tradição calvinista, cuja denominação mais próxima, entre nós, é a Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB). Alguns deles acreditam na dupla predestinação. Ou seja, o ser humano nasce predestinado para a salvação ou para a perdição eterna. A graça de Deus é irresistível. Os eleitos serão, inexoravelmente, alcançados por essa graça.

Arminianos – são reformados que seguem as idéias de Jacobus Arminius, um calvinista que não admitia a dupla predestinação e enfatizava o livre arbítrio humano. Os metodistas são, geralmente, arminianos.

Quakers – denominação protestante inglesa que valoriza o culto ordeiro, em silêncio, onde Deus se revela na “luz interior” do cristão. A adoração ocorre em silêncio, rompido pela palavra inspirada de um ou outro que sentiu essa iluminação interior. Embora difícil de serem encontrados no Brasil, a influência deles está presente em algumas práticas nos cultos de igrejas brasileiras.

Pietistas – são protestantes históricos que dão mais ênfase a uma vida de oração, leitura da Bíblia e meditação individual. Eles tiveram origem em movimentos de reação ao formalismo teológico que se instalou nas igrejas, passado o entusiasmo provocado pela reforma protestante. Esses pietistas surgiram nos séculos XVII e XVIII, na Europa.

Evangelicais – trata-se de uma forma de designação dos evangélicos, cujas raízes remontam à reforma radical anticatólica, europeia, que se estendeu para as colônias norte-americanas. Posteriormente, eles promoveram o movimento das missões evangélicas na América Latina, África e Ásia, a partir do século XIX. Caracterizam-se pelo apelo à conversão individual e à vida de santificação progressiva.

Carismáticos – no sentido inicialmente adotado pelas denominações protestantes brasileiras, eles seriam aqueles que aderiram ao movimento de “renovação espiritual” dos anos de 1960. Caracterizavam-se por enfatizarem experiências de êxtase pentecostal, sem,

todavia, romperem com suas igrejas de origem. Na maioria dos casos, esse movimento gerou cisões nas denominações tradicionais – batistas, presbiterianas, metodistas e outras – criando novas denominações, como os batistas nacionais, os presbiterianos renovados e os metodistas wesleyanos, com estruturas independentes, mas que copiavam as eclesiologias de onde haviam saído.

### **Críticas, querelas e dissensões**

O campo religioso dos protestantes, pentecostais e neopentecostais sempre se caracterizou por discussões em torno de diferenças doutrinárias e de aspectos comportamentais, como parte das interpretações daquilo que, à luz da tradição religiosa de cada um, deve ser considerado como certo ou errado. A Bíblia sempre é citada como recurso de fundamentação para esses litigantes.

Os evangélicos e os pietistas desenvolvem algumas críticas aos fundamentalistas e puritanos mais radicais, por considerarem que eles só querem dar lugar à razão, a afirmações doutrinárias, sem enfatizarem a espiritualidade.

Os fundamentalistas radicais e os evangélicos, por sua vez, fazem oposição declarada aos pentecostais e aos carismáticos, porque estes exageram na prioridade dada à experiência, desprezando um corpo de doutrinas mais racional. Todavia, é importante assinalar que existem, também, evangélicos renovados, ou seja, de linha pentecostal-carismática, como já vimos. Estes tendem a valorizar mais a experiência, recebendo, neste caso, as mesmas críticas lançadas sobre os pentecostais.

Os puritanos se isentam de qualquer responsabilidade no surgimento do pentecostalismo, transferindo esse papel ao metodismo arminiano, aos *quakers*, com seu ensino de "luz interior", e aos movimentos de santidade (*holiness*), que proliferaram nos Estados Unidos, durante o século XIX. A posição puritana sobre a religiosidade calcada na experiência fica bem sintetizada no seguinte silogismo: "Se há novas revelações, as Escrituras não são suficientes. Se as Escrituras são perfeitas, então não existe necessidade de novas revelações." (Ferreira, 1999, 35).<sup>vii</sup>

Puritanos e pietistas sempre se criticaram, os primeiros dando prioridade à pureza doutrinária e os segundos alegando que esta não basta onde não há conversão. Os puritanos replicando que só existe firmeza doutrinária porque o crente se converteu mediante a ação

do Espírito Santo. Os pietistas, por seu turno, não acreditando em conversão sem manifestações emocionais.

As críticas dos evangélicos aos fundamentalistas, conforme Prócoro Velasques, com base em Erwin Becker, está sintetizada no seguinte texto:

1. O fundamentalismo é [...] ideológico... doutrinariamente rígido e, por isso, intolerante.[...]
2. O universo fundamentalista é fechado. Ali está tudo decidido... O determinismo histórico reduz a nada a iniciativa humana[...] O resultado disso é a estagnação intelectual, a esterilização da criatividade e da imaginação, o aniquilamento, enfim, da potencialidade humana.
3. A ética puritano-fundamentalista parte do confronto maniqueísta entre o bem e o mal.[...]
4. O fundamentalismo reduz a missão da Igreja ao plano exclusivamente espiritual da salvação de almas, o que causa ao cristianismo o prejuízo da perda de sua historicidade. [...]
5. O fundamentalismo ignora a historicidade das mediações na interpretação da Bíblia, todavia depende delas, quando recorre a fórmulas doutrinárias, como a Confissão de Westminster (calvinista) ou a Fórmula de Concórdia (luterana).
6. O fundamentalismo desenvolve uma cristologia que minimiza a humanidade de Cristo. Ele é Deus que habitou um corpo humano.
7. O fundamentalismo é discriminador, “sectário e intolerante. Com certeza absoluta de sua verdade e um consequente exclusivismo doutrinário”.

(Adaptado de Velasques Filho, 1990: 129-130)

É evidente que todas essas críticas são aplicáveis aos evangélicos e aos pentecostais, variando apenas de intensidade em cada denominação, o que mostra a afinidade destes com a matriz fundamentalista, o apego e necessidade que manifestam aos seus universos respectivos das certezas dogmáticas e a incapacidade para promoverem uma fecunda autocrítica, até porque, para eles, qualquer dúvida é sinal de incredulidade e incredulidade é pecado.

Os fundamentalistas criticam os pentecostais pela pouca importância que estes dedicam à fidelidade doutrinária, o que os faz presa da pura emoção; enquanto os pentecostais acusam os fundamentalistas pela falta de “unção do Espírito”, o que os prejudica na busca da verdadeira compreensão da mensagem da Bíblia.

Escrevendo sobre o “protestantismo da reta doutrina”, um tipo ideal do fundamentalismo, Rubem Alves explica como opera esse mecanismo de controle sobre a palavra:

Ortodoxos são aqueles que tiveram poder político para impor suas definições. Ortodoxia, portanto, contém sempre as ideias dos mais fortes. Heresia, complementarmente, indica as ideias dos mais fracos. Não tiveram poder político para impor suas definições sobre a comunidade eclesiástica. A questão da definição da verdade, portanto, em última análise, é uma questão de poder. [...] A última palavra sobre a verdade revelada, portanto, não é a voz desta verdade, mas é a voz que, pelo seu poder político, é capaz de silenciar os dissidentes e declarar a questão como encerrada. (Alves, 1982: 126-127)

O deus fundamentalista é tão pequeno que está aprisionado, encadernado, em um livro, a Bíblia. Nos pentecostalismos ele reside no livro, mas se libera nos espaços da emoção. Entretanto, as experiências, as profecias, as línguas, todas as manifestações, enfim, estão subordinadas a uma estrutura de controle da palavra ditada pelo “ministério da igreja”, vale dizer, os apóstolos, bispos e pastores. Estes, por sua vez, são organizados dentro de uma hierarquia rígida, pois os pentecostalismos e neopentecostalismos rejeitam qualquer noção de igualitarismo em suas eclesiologias, exceção feita, talvez, à Congregação Cristã no Brasil, que funciona com seus “anciãos” na liderança, uma espécie de gerontocracia masculina, não remunerada.

### **Um olhar específico sobre pentecostais e neopentecostais**

Nos ambientes pentecostais e neopentecostais não há lugar, na prática, para o “sacerdócio universal dos crentes”, um princípio da reforma protestante, que garantia a qualquer fiel o acesso direto à divindade e a prerrogativa de ler e interpretar livremente os escritos bíblicos. Nesses ambientes, a correta interpretação da Bíblia é prerrogativa dos pastores e obreiros. Não obstante, em algumas denominações, como a Quadrangular e a Renascer em Cristo, é reconhecido o ministério pastoral de mulheres.

Os pentecostalismos e neopentecostalismos desenvolvem uma permanente mobilização dos fiéis para a realização dos objetivos da Igreja, sob o comando inquestionável da sua liderança. Neste tipo de ambiente, o indivíduo fica subsumido à instituição.

O fundamentalismo desenvolve uma dimensão positiva de afirmação dos princípios fundamentais da fé, na ausência dos quais, para os seus ideólogos, não se pode falar de cristianismo. Esses princípios são inquestionáveis, são as certezas da fé. Eles garantem ao crente que os abraça absoluta segurança e proteção contra as ameaças do *mundo*. A categoria *mundo*, nesse tipo de protestantismo, engloba todas as manifestações ameaçadoras da sociedade contra a ordem concebida originalmente por Deus.

O fundamentalismo desenvolve sua identidade, simultaneamente, em dimensão negativa, definindo-se como reação ao humanismo, ao secularismo, ao comunismo, ao liberalismo teológico e a todos os pensamentos contrários ao seu estreito sistema de doutrinas. São formas de pensamento que jamais poderão ser toleradas, ou melhor, são “heresias”, porque todas vieram da obra do Maligno, para os adeptos dessa ideologia.

A origem do fundamentalismo se deu como “reação das religiões em face aos processos de modernização, reação provocada pelo medo produzido pelos câmbios culturais e sociais e pela perda de referentes simbólicos e míticos do sistema de valores. Em qualquer caso, [o fundamentalismo] propicia uma ideologia da intolerância e do fanatismo”. (Garcia Ruiz, 2000: 363)

A comunidade fundamentalista funciona como um gueto, um enclave social. A parte é tomada pelo todo. Para os membros desse tipo de igreja, o universo de Deus são eles próprios. O resto da humanidade é o “mundo perdido”, de onde alguns escaparão, caso venham a aceitar o convite para pertencerem ao “povo de Deus”.

O fundamentalismo, em geral, não é somente uma forma de teologia, é antes uma ideologia que se alia a interesses sociais e políticos de grupos identificáveis, contrários a qualquer tipo de pluralismo. O seu empenho não se limita unicamente a preservar a fé, mas deseja transformar o mundo de tal maneira que a fé possa ser mais facilmente preservada. Na sua manifestação mais profunda, o fundamentalismo não reconhece uma linha divisória entre religião e política. A religião não é concebida como algo privativo do indivíduo tal como propicia a modernidade. (García Ruiz, 2000: 364)

No pentecostalismo, a construção da identidade e a definição da sua natureza são feitas, à semelhança do que ocorre no fundamentalismo, por oposição aos costumes da sociedade, aos princípios de outras religiões, principalmente do catolicismo e das crenças de origem africana, estendendo-se sua oposição também às doutrinas e tradições de outros grupos evangélicos, mesmo que estes professem fundamentos similares aos seus. Cada



igreja pentecostal encara as outras igrejas do mesmo movimento como ameaças à sua integridade e procura desqualificá-las, afirmando que somente ela tem a “sã doutrina” e é a autêntica igreja de Jesus Cristo. Podemos exemplificar isto na palavra de um assembleiano:

Qualquer outra igreja é inimiga da Assembléia de Deus. É concorrente. O inimigo do crente é o diabo. Da igreja também. Ele é o inimigo das nossas almas. Há alguns aliados. Por exemplo, o pastor Juarez, mas ele tem programa na Rede Boas Novas.<sup>viii</sup>

A Assembléia de Deus é respeitada pelas outras igrejas. É considerada uma igreja séria. A Batista e a Quadrangular respeitam a Assembléia de Deus, mas não respeitam a Adventista, nem a Testemunha de Jeová. [sic] A Assembléia de Deus tem medo da Universal, por causa do crescimento desta. Alguns pastores criticam a sua forma de ofertar e dizimar. Mas chamam-na de igreja irmã. A Igreja Católica é inimiga.<sup>ix</sup>

A principal marca distintiva do pentecostalismo é o batismo com o Espírito Santo. Segundo um dos seus teólogos, “o batismo com o Espírito Santo é o âmago da experiência do Pentecoste. Um verdadeiro pentecostal não é quem simplesmente pertence a uma denominação com esse nome, mas alguém que foi batizado com o Espírito Santo e continua a transbordar da sua virtude”. (Oliveira, 1986: 33)

O pentecostal é, portanto, um fundamentalista que se completa quando recebe “o batismo com o Espírito Santo”, evidenciado pelo estado de êxtase, quando ele pronuncia sons e vocábulos ininteligíveis. Segundo o autor, “falar a Deus em outras línguas é orar com o espírito e no espírito; fazer assim é orar bem.” (Ibidem: 67). “É interessante que o pentecostalismo seja apenas incidentalmente fundamentalista, em vez de partir da premissa fundamentalista. Os pentecostais tratam a Bíblia de maneira conservadora, mas sua *raison d'être* gira em torno dos dons do Espírito Santo, da cura e do exorcismo.” (Martin, 1996: 329).

Enzo Pace e Duch também afirmam que os fundamentalistas recorrem à política, de modo instrumental, com o propósito de imporem um “regime de verdade”. Quando não o conseguem, porque ainda não têm acumulação de forças para tal, unem-se e fazem pressão sobre os legisladores, a fim de arrancarem leis que coincidam com seus princípios religiosos. (Apud Oro, 1996: 131-132)

Intelectuais de diferentes tendências se equivocam quanto à espiritualidade dos pentecostais. Para os ligados ao pensamento oficial das igrejas “históricas”, o misticismo não está ao alcance do povo. “Quando o misticismo toma o aspecto de um fenômeno de

massa, fala-se de histeria, de fanatismo, de manipulação, de mercantilização da fé. [...] Ao misticismo de massa, nega-se simplesmente e sem discussão a qualidade de misticismo. Para muitos, o ‘falar em línguas’, a ‘cura divina’ e o exorcismo são ‘gesticulações grotescas’.”<sup>x</sup>

Alguns teólogos progressistas entendem que a religiosidade popular seria algo como pedra preciosa a ser lapidada no processo de libertação. Em suma, o misticismo popular não teria valor em si mesmo, como tem o misticismo “aristocrático”, usando aqui a adjetivação criada por André Corten. (1996: 117).

A tradição cristã comporta duas grandes vertentes de julgamento sobre o que acontece na sociedade. Referimo-nos ao profetismo e ao apocalipsismo, sendo o segundo um desenvolvimento particular do primeiro. Os profetas são aqueles que analisam a conjuntura e alertam a sociedade para as conseqüências das ações dos atores sociais envolvidos. Ao mesmo tempo, propõem mudanças, segundo os princípios éticos já proclamados na lei divina, de cuja obediência depende a restauração da sociedade. Suas mensagens são, muitas vezes, dirigidas aos governantes, razão por que sofrem perseguições, torturas e morte. O profeta, portanto, é um político e um homem que acredita na história.

O apocalíptico é aquele personagem que nega a história, porque considera que foram esgotados os esforços humanos de transformação da sociedade. Todas as experiências humanas em sociedade já mostraram que não há remédio para a humanidade, tendo como lugar e agente de origem suas próprias iniciativas. A solução tem que vir de um messias, sobrenatural, agente da soberania divina. Essa intervenção é uma ruptura da história. O apocalipsismo proliferou no período entre os escritos do Antigo Testamento e os do Novo Testamento, portanto, entre o II século a.C. e o II d.C.

A literatura apocalíptica se mantém próxima da literatura profética, quando procura decifrar o passado e prognosticar possíveis desdobramentos futuros do curso dos acontecimentos históricos. Todavia, a apocalíptica se distancia da profética quando abdica completamente de tentar uma solução das crises sociais pela via humana, ou seja, pela conversão dos agentes sociais aos preceitos da justiça divina. Na apocalíptica, as esperanças não são depositadas em ações políticas. A nova ordem virá sim, inexorável e plena, mas sua realização será absolutamente sobrenatural, será uma intervenção divina na

história. A história cessará e começará a escatologia, com o “dia do Senhor”, que é dia de julgamento (Bíblia: tradução ecumênica, 1994: 1359-1360).

Esta breve caracterização do apocalipsismo nos remete a práticas cotidianas do pentecostalismo, nas quais se observa que este opera no presente com uma visão escatológica, quando reflete sobre o futuro da humanidade. Não é próprio das comunidades pentecostais exercitarem uma democracia interna. O pentecostalismo funciona como uma reação às crises do sistema, tentando oferecer uma alternativa de sobrevivência aos excluídos da sociedade.

Do ponto de vista pré-milenarista, o pentecostalismo se recusa a participar da construção democrática da sociedade, porque a condição caótica em que esta se encontra é evidência do mal. O pentecostalismo age, portanto, como seita, que não pertence a essa ordem maligna em que está mergulhada a civilização. Portanto, os pentecostais não compactuam com outros grupos, cujas propostas visem salvar a sociedade.

Do ponto de vista da análise do discurso, o pentecostalismo produz uma língua antipolítica, que não dialoga com a *polis*, porque sua sintaxe é inaceitável. Assim, esse discurso engendra a sua realidade específica, a sua solução, cujo valor se circunscreve ao interior da seita. Como não há diálogo, não há, também, negociação. E, não havendo estes ingredientes, deixa de ocorrer uma participação pentecostal deliberada na construção da democracia.

No mundo pentecostal, a solução para os problemas da sociedade virá do sobrenatural. O pentecostalismo é um messianismo. A ruptura do pentecostalismo com todas as ordens deste mundo não se dirige, especificamente, contra os poderosos e ricos, ou contra as estruturas de dominação. Neste aspecto, o pentecostalismo é mimético. Ele tenta reproduzir esses poderes, quando abraça a ética de conquista, manutenção e expansão do poder sobre os espaços do campo religioso.

Os pentecostais também imitam o poder hegemônico, sem reflexões acerca da sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, quando aprova e utiliza toda a tecnologia disponível, o saber instrumental, a acumulação de riqueza material, sacralizando-os como se, ao proceder a “imposição de mãos” sobre essas técnicas e instrumentos da modernidade, os pentecostais fizessem que essas coisas deixassem de pertencer ao mundo e, automaticamente, passassem a pertencer ao Reino de Deus.

Isto significa que, se amanhã todos os poderes forem ocupados por pentecostais, o governo não mais será “do maligno”, mas passará a ser, automaticamente, instrumento nas mãos dos agentes de Deus. E, a partir desse momento, não haverá mais espaço para as contradições do jogo democrático. Estaremos todos vivendo num paraíso totalitário, “em nome de Jesus, para a glória do Senhor!”

### **Concluindo**

As tensões que envolvem o campo evangélico giram em torno de conceitos de identidade como algo aferrado às tradições, às *landmarks*, ao depósito da fé uma vez para sempre entregue aos “santos”, marcas estas para serem mantidas, zeladas e defendidas como algo imutável. Vimos que este conceito é insustentável diante da realidade mutante e dinâmica dos agentes sociais, que se produzem e reproduzem nos movimentos e instituições religiosas, tornando estes também ajustados às demandas da sociedade de consumo.

Quem mais defende esses conceitos de identidade estática são segmentos do protestantismo histórico e do pentecostalismo mais antigo, os quais sentem a corrosão acelerada do chão no qual se sustentavam e caminhavam, embora nem sempre queiram reconhecer isto. Novas lideranças e gerações mais recentes desses grupos têm procurado experimentar o que está dando certo no fértil mundo de “soluções” do campo neopentecostal. Não vemos perspectiva de preservação sustentável para as práticas eclesiológicas protestantes e pentecostais que funcionaram no século passado. É difícil esperar que as liturgias e celebrações se comportem nos modelos de culto bem comportado, coral, órgãos de tubos, hinos seculares, homilética irrepreensível, diante da invasão de bandas *gospel*, mega-*shows* midiáticos, espetáculos teatralizados de cura divina, produção semanal de novos produtos de consumo, e o mais que está por vir no mercado inimaginável de bens simbólicos do neopentecostalismo. Essas novas receitas de sucesso no campo evangélico estão sendo vitoriosas e aumentam, aceleradamente, a quantidade de seus novos seguidores.

### **Referências**

ALVES, Rubem. **Protestantismo e repressão**. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 1982.

**BÍBLIA**: tradução ecumênica. Direção em língua portuguesa de Gabriel Galache. São Paulo: Loyola, 1994.

CORTEN, André. **Os pobres e o Espírito Santo: o pentecostalismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GARCIA RUÍZ, M. Fundamentalismo. In: MORENO VILLA, Mariano (Coord.). **Dicionário de pensamento contemporâneo**. Tradução coordenada por Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MARTIN, David. A. Fundamentalismo. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Ed.) **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: IMS, 1995.

OLIVEIRA, Raimundo F. de. **A doutrina pentecostal hoje**. Rio de Janeiro: CPAD, 1986.

ORO, Ivo Pedro. **O outro é o demônio: uma análise sociológica do fundamentalismo**. São Paulo: Paulus, 1996.

VELASQUES FILHO, Prócoro. O nascimento do “racismo” confessional: raízes do conservadorismo protestante e do fundamentalismo. In: \_\_\_\_\_; MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Weber**. São Paulo: Ática, 1991. (Grandes cientistas sociais).

---

## Notas:

<sup>i</sup> Texto apresentado no GT 30, Evangélicos no Brasil: cultura e espaço público, da reunião da ABHR, em São Luís – Maranhão, de 29 de maio a 1º de junho de 2012.

<sup>ii</sup> Doutor em Ciências da Religião (UMESP), docente da Universidade do Estado do Pará.

<sup>iii</sup> Para uma discussão deste assunto, sugerimos o artigo Marxismo e individualismo metodológico, em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs0011/rbcs1104.htm>, acesso em 28abr2012.

<sup>iv</sup> Adotamos, nesta parte, algumas ideias de Josadac Bezerra dos Santos, no artigo Chantal Mouffe e a filosofia política, em <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/chantal-mouffe-e-a-filosofia-politica/>, acesso em 28abr2012.

<sup>v</sup> Até 2000, encontrávamos no site do Instituto Bíblico da Assembleia de Deus, em Pindamonhangaba-SP, a seguinte autodefinição: “O INSTITUTO BÍBLICO DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS é a instituição pioneira no ensino teológico e a única de regime interno de tempo integral para o estudo, nas Assembléias de Deus.

---

**Sua postura é fundamentalista** e sua linha doutrinária segue os ensinamentos da fé pentecostal, sendo a primeira escola teológica a ser reconhecida pela Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil.” ([www.ibad.com.br](http://www.ibad.com.br), grifo nosso). Em consulta de 28/04/2012, encontramos o Credo, de conteúdo fundamentalista, mas não encontramos a autodefinição mencionada acima.

<sup>vi</sup> Evangélico, aqui, está no sentido genérico empregado no contexto brasileiro. Segundo Antonio Gouvêa de Mendonça (1985) “crentes”, “evangélicos” e “protestantes” são termos para designar o mesmo grupo religioso.

<sup>vii</sup> Registrado por Franklin Ferreira, no ensaio O movimento puritano e João Calvino, em **Fides Reformata** 4/1. São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper, (jan-jun/99), p. 35.

<sup>viii</sup> O entrevistado quer dizer que a boa acolhida do pastor Juarez pelos assembleianos se deve ao fato de seu programa colaborar com a manutenção financeira da Rede Boas Novas, pertencente à Assembleia de Deus do Ministério de Belém.

<sup>ix</sup> J. S. D., 31 anos, sociólogo e comerciário, membro da Assembleia de Deus de Belém e sob influência do pentecostalismo, desde os 9 anos de idade. Entrevista realizada em 2002.

<sup>x</sup> Corten (1996, 117-118), mencionando documento da *Christian and Missionary Alliance* (associação norte-americana), citado por David Martin, em sua obra **Tongues of fire: the explosion of protestantism in Latin America**, Oxford: Blackwell, 1990, 30.